



ANEXO xx - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA N.º XX/XXXX

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXX/2025, Procedimento nº 00589.000.993/2024, regendo-se pela Lei 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03/2023, 05/2023, 06/2023, 07/2023, 08/2023, 104/2023 e 02/2025 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços contínuos de motorista e atividades auxiliares, por intermédio de postos de trabalho, pelo período de doze (12) meses, executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às



demandas da Unidade de Transportes do CONTRATANTE, conforme descrições, quantidades e especificações contidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência e tabela resumida abaixo:

NOMENCLATURA DO POSTO	QUANT.	CARGA HORÁRIA MENSAL ESTIMADA
Assistente de Manutenção de Veículos	03	220
Motorista Diurno 1	02	220
Motorista Diurno 2	15	220
Motorista Noturno	1	220
Motorista de Ônibus	3	220
Supervisor	1	220

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Os requisitos da contratação, assim como as especificações e características envolvendo os postos de trabalho, materiais, uniformes, rotinas operacionais e atribuições, encontram-se descritas nos 4 e 5 do Anexo do Edital – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX.

3.2 O valor máximo mensal dos serviços previstos neste instrumento é de R\$ XXXXXXXX(XXXXXXXXXX), considerando os valores dos Montantes "A", "B", e "D1" dos postos previstos no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

3.3 Além do valor previsto no item acima, os Montantes "C" e "D2" dos postos previstos no Anexo I do Edital – Termo de Referência.são estimados mensalmente em R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).



3.4 Os Montantes mencionados possuem os seguintes valores mensais:

a.1) Montante "**A**": **R\$ XXXXXXXX;**

a.2) Montante "**B**": **R\$ XXXXXXXX;**

a.3) Montante "**C**": **R\$ XXXXXXXX (estimado);**

a.4) Montante "**D.1**": **R\$ XXXXXXXX;**

a.5) Montante "**D.2**": **R\$ XXXXXXXX (estimado).**

3.5 O valor estimado do Montante "C" tem como limites:

a) para o vale-refeição, o valor estipulado por lei ou por dissídio coletivo;

b) para o vale-transporte, o valor pago pela passagem do meio transporte coletivo local utilizado.

3.6 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento), computado sobre do valor anual do contrato.



4.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.3 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.



4.8 A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.9 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

4.10 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

4.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12 Ocorrendo majoração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou prorrogação da garantia prestada, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação do respectivo termo.

4.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada.

4.14 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



4.15 O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

4.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

4.17 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.18 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1 Será emitida Ordem de serviço única para todos os postos estipulados no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

5.1.1 A Ordem de Serviço somente será dada após a entrega da documentação necessária pela CONTRATADA.

5.2 O início da execução dos serviços dar-se-á no dia útil seguinte ao recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Gestor do contrato.

5.3 Os serviços serão prestados nas localidades e nos horários constantes nos itens 5.1.2 a 5.1.8 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, podendo envolver deslocamentos com pernoite fora da sede, hipótese em que será devido o pagamento de diárias, conforme descrito no item 5.2.2 do Anexo I do Edital - Termo de Referência.



5.4 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações detalhadas no Termo de Referência.

5.4.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do CONTRATANTE, solucionar os problemas apontados em quaisquer dos locais de prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO

6.1 Serão avaliados resultados, a partir dos critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo I do Termo de Referência).

6.2 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo I do Termo de Referência, consoante com os critérios/indicadores previstos no item 6.5 desta cláusula.

6.3 O IMR será implementado na data de vigência do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

6.4 A análise dos resultados destas avaliações pelo CONTRATANTE poderá resultar em desconto no valor mensal dos serviços executados, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra os compromissos estabelecidos pelos indicadores.

6.4.1 O desconto máximo decorrente da aplicação do IMR estará limitado a 5% do valor mensal contratado, após o desconto das faltas ocorridas no período.



6.4.2 Durante o primeiro mês de contrato, para fins de adaptação e eventuais ajustes na metodologia, o IMR não repercutirá no valor a ser pago à CONTRATADA que, entretanto, será notificada das falhas averiguadas.

6.5 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios/indicadores constantes no Anexo I do Termo de Referência:

- a) Assiduidade;
- b) Pontualidade;
- c) Execução das ordens de serviço;
- d) Conformidade dos relatórios;
- e) Postura funcional e disciplina.

6.6 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



6.7 Os registros das ocorrências serão individuais e para cada posto, ou seja, cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências dentro do período de avaliação.

6.8 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, assim como também não impede a aplicação das sanções previstas na contratação.

6.9 Haverá recebimento dos serviços, da seguinte forma:

6.9.1 Provisoriamente, após a entrega de toda a documentação mensal pertinente (cláusula nona, item 9.1.6), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

6.9.2 Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 7 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) analisar os relatórios e a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à CONTRATADA, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos;



c) comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato;

d) realizar consulta à documentação de habilitação da CONTRATADA, nos termos do Provimento nº 104/2023-PGJ.

6.10 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.11 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pelo fiscal ou gestor do contrato (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

6.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.14 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1 Não será exigida garantia contratual, apenas incidindo sobre o objeto e suas especificações a garantia legal estabelecida na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8.2 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA nos prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor, o CONTRATANTE providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e/ou nova aquisição e cobrará o valor da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO

9.1 O documento fiscal deverá ser apresentado mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação do Gestor prevista no item 6.9.2, letra "c", da cláusula sexta deste ajuste, da seguinte forma:

a) Nota fiscal/fatura dos serviços efetivamente executados, englobando os montantes "A", "B" e "D" (correspondente a estes montantes) em meio eletrônico (arquivo PDF localizável);

b) Nota fiscal/fatura de cobrança dos valores relativos aos Montantes "C" e "D" (correspondente a este montante) em meio eletrônico (arquivo PDF localizável).



9.1.1 Quando da ocorrência de horas extraordinárias, autorizadas previamente pelo CONTRATANTE, seu pagamento será efetuado por meio da apresentação de nota fiscal específica.

9.1.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail *ufc@mprs.mp.br*, aos cuidados da Fiscalização Administrativa - telefone: (51) 3295-8580.

9.1.3 A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior ao recebimento definitivo.

9.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

9.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

9.1.6 Deverão ser encaminhados, mensalmente, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Relação dos empregados, com os respectivos RGs e CPFs, discriminados por posto, atuantes no mês de referência da Nota Fiscal, bem como lista apartada indicando os empregados demitidos, transferidos ou em licença e seus substitutos, por posto, contendo as datas de início e fim do afastamento;

b) Demonstrativos (planilhas) dos pagamentos/descontos de vale-transporte e vale-refeição, relativos ao mês de referência da nota fiscal/fatura;

c) Relatório do FGTS Digital dos trabalhadores vinculados ao contrato no mês de prestação de serviço;



d) Relatório de declaração completa da DCTFWEB e o Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb relativos ao mês de prestação de serviço;

e) Certidão negativa de processo administrativo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

f) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

g) Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificação de Regularidade do FGTS);

h) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

j) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

k) Certidões de regularidade perante os sindicatos laborais que abranjam os postos contratados.

9.1.7 O documento fiscal deve detalhar os valores a serem provisionados em conta vinculada, bem como o custeio de diárias, quando for o caso.

9.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por intermédio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a



regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

9.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

9.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal.

9.5 O pagamento será efetuado por intermédio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

9.6 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

9.7 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.8 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

9.9 O pagamento dar-se-á pelos serviços efetivamente prestados durante o mês, conforme período trabalhado.



9.9.1 O período em que o funcionário prestar serviço em situação irregular, do ponto de vista documental, poderá ser considerado serviço não prestado pela CONTRATADA.

9.9.2 A inexecução dos serviços estabelecidos neste instrumento, decorrentes do não suprimimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados designados para a prestação aqui ajustada, será descontada do preço estipulado, da seguinte maneira: "Desconto = Montantes "A" + "B" / número de horas contratadas no posto x número de horas sem substituição".

9.9.3 Também incidem sobre o pagamento, nos termos da cláusula sexta, as deduções decorrentes da aplicação do IMR.

9.9.5 Os benefícios, constantes no Montante "C", não serão ressarcidos quando não houver a substituição de funcionários faltantes.

9.9.6 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas referentes a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão deduzidas do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositadas em conta-depósito vinculada, conforme a cláusula décima deste ajuste.

9.9.6.1 O contingenciamento mensal de encargos trabalhistas, realizado pelo CONTRATANTE, será realizado nos seguintes percentuais, a incidir sobre a remuneração, conforme o grau de risco de acidente do trabalho em que a CONTRATADA se encontra enquadrada:

Item/Rubrica	Percentuais (%)



13º salário	8,33		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00		
Subtotal	25,43		
Incidência do Módulo 2 - Encargos Sociais sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário	7,39	7,60	7,82
Total a contingenciar	32,82	33,03	33,25

Obs.: Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho - SAT/GIIL-RAT, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

9.10 Em caso de inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.10.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pelo próprio CONTRATANTE (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.



9.11 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

9.12 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

10.1 A Conta-Depósito Vinculada seguirá as regras estabelecidas na Lei Estadual n.º 16.110/2024 (e eventuais alterações), bem como no item 7.4 do Anexo I do Edital - Termo de Referência.

10.2 Os custos estimados das tarifas bancárias serão debitados dos valores depositados.

10.3 A CONTRATADA autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas e previdenciárias, que serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome da CONTRATADA, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados mediante comprovação do pagamento prévio dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;



b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

10.4 O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do CONTRATANTE e será feita exclusivamente após a comprovação do pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

10.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die* ou outro definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o CONTRATANTE e instituição financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.



10.6 De acordo com a Lei Estadual nº 16.110/2024, a CONTRATADA poderá solicitar autorização do CONTRATANTE para resgatar os valores referentes a despesas com o pagamento de valores de que trata o art. 2º da mencionada Lei, ocorridas durante a vigência do contrato.

10.6.1 Para a liberação dos recursos da conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação, a CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor ou Fiscal Administrativo os documentos comprobatórios da ocorrência dos pagamentos e/ou indenizações trabalhistas, conforme regulamento.

10.6.2 O CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência do pagamento e/ou indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, autorização que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa, na forma do regulamento.

10.6.3 A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor ou Fiscal Administrativo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, o comprovante de quitação dos pagamentos ou indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

10.7 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados que confirme a quitação dos pagamentos e das indenizações trabalhistas correspondentes aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



10.7.1 Permanecendo o trabalhador vinculado à empresa prestadora de serviço após o encerramento do contrato, os valores serão liberados à CONTRATADA conforme a quitação dos pagamentos e indenizações trabalhistas, permanecendo a conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - ativa pelo tempo que for necessário, até o prazo de 5 (cinco) anos, sendo o CONTRATANTE responsável por autorizar a liberação de recursos nesse período conforme regulamenta a presente Lei. Ultrapassado o prazo de cinco anos, o saldo será integralmente liberado para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTAMENTO

12.1 O valor do Montante “A” será objeto de repactuação na forma estabelecida na legislação e no dissídio ou acordo coletivo da categoria, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais.

12.1.1 A repactuação terá data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja relacionada, para os custos de mão de obra.

12.1.2 A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, em relação aos demais custos de mercado.



12.1.3 Caberá à CONTRATADA, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Previdenciário de Prevenção (FAP).

12.1.3.1 O CONTRATANTE repactuará o FAP somente para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item, em conformidade com o PARECER Nº 46/2016/DECOR/CGU/AGU e o PARECER Nº 150/2010/DECOR/ CGU/AGU.

12.2 O valor do montante "B", mediante solicitação, será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano da data da proposta.

12.2.1 O índice a ser considerado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) correspondente à variação no período, que terá como termo inicial o mês da apresentação da proposta de preços e como termo final o 12º mês. Caso a variação do IPCA acumulada no período seja negativa, o valor do contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.

12.2.2 Em relação aos materiais e equipamentos, itens que compõem o Montante "B", as regras sobre seu reajuste e depreciação constam nos itens 13.7 e seus subitens.

12.3 O valor ressarcido a título de Montante "C" será objeto de acréscimo quando a lei assim o determinar e/ou conforme estabelecido em dissídio ou acordo coletivo da categoria, devendo, para fins de solicitação, a CONTRATADA apresentar a legislação pertinente e/ou o dissídio ou acordo coletivo da categoria, afora demonstração analítica da alteração dos custos.

12.4 O valor do Montante "D" será modificado, automaticamente, na proporção das alterações dos Montantes "A", "B" e "C", mantido o percentual fixado em lei.



12.4.1 Os percentuais correspondentes aos tributos indicados no Montante “D” serão reequilibrados quando as legislações respectivas assim determinarem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

13.1 Fica definido que será utilizada a Nota Técnica nº 652/2017 - MP (ou outra que venha a substituí-la) para análise dos custos renováveis e não renováveis por ocasião do transcurso de um ano do contrato ou de eventual prorrogação do prazo de vigência do contrato.

13.2 São exemplos de custos não renováveis: Equipamentos Depreciados e não Substituídos; Ausências Legais; Licença Paternidade; Ausências por Acidente de Trabalho; Afastamento Maternidade; Ausência por Doença; Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado.

13.3 O fiscal administrativo do contrato poderá solicitar que a CONTRATADA relacione e comprove as ocorrências havidas no decorrer do contrato de demissões sem justa causa dos itens componentes do Módulo referente à Provisão para rescisão da planilha de custos (aviso prévio indenizado e trabalhado), bem como as ocorrências de ausências legais dos itens componentes do Módulo referente ao Custo de reposição do profissional ausente da planilha de custos (exceto Substituto na cobertura de Férias), sob pena de exclusão.

13.4 Nas eventuais prorrogações contratuais os custos não renováveis já pagos ou amortizados referentes aos itens constantes do Módulo referente ao Custo de



reposição do profissional ausente (com exceção do Substituto na cobertura de férias) da planilha de custos, ao longo do primeiro período de vigência da contratação, deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

13.5 A cada ano de contrato os custos não renováveis já pagos ou amortizados referentes aos itens constantes do Módulo referente à Provisão para rescisão (somente aviso prévio indenizado e aviso prévio trabalhado) da planilha de custos, deverão ser reduzidos ou eliminados, para analisar a viabilidade de aportar 3 dias, em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

13.6 Eventuais reduções ou exclusões de valores poderão ser processadas juntamente com a prorrogação ou repactuação ou, ainda, mediante apostilamento exclusivo, conforme conveniência do CONTRATANTE, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

13.7 A disciplina dos custos não renováveis já pagos ou amortizados em relação aos materiais e equipamentos, itens do Módulo referente aos Insumos na planilha de custos, será feita aplicando-se as seguintes regras quanto a sua depreciação e reajuste:

13.7.1 Os materiais e equipamentos não sofrerão reajuste no decorrer da execução contratual, pois foram adquiridos no início do contrato e sofrem depreciação por legislação contábil específica (calculada com base no valor do ativo e na sua vida útil estimada).

13.7.2 A cada ano do contrato e a cada prorrogação do seu prazo de vigência, ou em momento oportuno, será verificada ocorrência de depreciação integral do equipamento, quando então seu valor será excluído, exceto na hipótese de necessidade de sua renovação em face do prazo de vida útil e condições de operação.



13.7.3 Quando o bem for totalmente depreciado durante a execução do contrato, e não seja necessária sua substituição por outro equipamento novo, o fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato para fins de exclusão do valor na planilha de custos e formação de preços. O processamento da exclusão do valor poderá ser feito na prorrogação ou na repactuação ou, ainda, mediante apostilamento exclusivo, conforme conveniência do CONTRATANTE, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

13.7.4 Quando o bem for totalmente depreciado e consumido durante a execução do contrato, de forma que seja necessária a substituição por outro equipamento novo, o aporte desse custo poderá considerar a perda da inflação no período. O valor considerado para depreciação deve levar em conta esse novo valor para esse bem.

13.7.5 O procedimento será acompanhado e aprovado pelo fiscal técnico do contrato, para fins de averiguação do motivo que deu causa à substituição.

13.7.6 Após a substituição, e a CONTRATADA apresentar documento idôneo com a especificação e o valor do novo bem, havendo aprovação do fiscal técnico do contrato, o reajustamento dos preços do material/equipamento será apurado mediante a comprovação, pelo contratado, da variação dos custos, e obedecerá à fórmula do Decreto 1.054/94, sendo que o item da fórmula denominado “Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada” será o valor inicialmente indicado para depreciação e deverá levar em consideração o período entre data da apresentação da proposta, ou da última substituição, conforme o caso, até o mês em que o bem foi substituído, tendo como limite o valor de aquisição do novo bem.



13.7.7 Na hipótese de redução ou eliminação de custo não renovável, o mesmo poderá ser aumentado e/ou reposto no ano seguinte ou na eventual prorrogação seguinte, conforme disposto nos itens 13.4 a 13.7 e análise das ocorrências do período, até o limite máximo do percentual estatístico constante na proposta inicial.

13.8 Para o aviso prévio indenizado, na hipótese de não ter havido ocorrências no primeiro ano do contrato, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, para aportar os 3 (três) dias previstos na Lei nº 12.506/2011.

13.9 Para o aviso prévio trabalhado, na hipótese de não ter havido ocorrências no primeiro ano do contrato, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, até o limite máximo de 0,194%, quando o percentual cotado na licitação for de 1,94% (para 100% dos empregados), em conformidade com os Acórdãos TCU nºs 1.186/2017 e 522/2019, ambos do Plenário, para aportar os 3 (três) dias previstos na Lei nº 12.506/2011.

13.10 Sujeitando-se a CONTRATADA ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.



14.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

c) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

d) fiscalizar a execução do presente contrato;

e) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência que se faz necessária e o prazo para a sua reparação;

f) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

g) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

14.3 Constituem obrigações gerais da CONTRATADA:

a) executar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;



b) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência do fato impeditivo da manutenção dessas condições;

c) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como pelas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

d) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) manter a fiscalização do cumprimento das tarefas inerentes aos serviços, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

g) selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de atestados de boa conduta e demais referências;

h) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização dos serviços;



i) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

j) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

k) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

l) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

m) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

n) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



p) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

q) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

r) não alocar empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do CONTRATANTE, em cumprimento ao artigo 4º da Resolução n.º 37/2009 do CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público;

s) não alocar na prestação de serviços ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em função de chefia, empregados que possuam as restrições listadas nos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177/2017 do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público;

t) cumprir a Resolução n.º 264/2023 do CNMP, que determina que 8% (oito por cento), no mínimo, das vagas serão ocupadas por mulheres em situação de



vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei n.º 11.340/2006, atendida a qualificação profissional necessária e eventual normativa interna do CONTRATANTE;

u) apresentar ao CONTRATANTE, por ocasião da prorrogação contratual, relatórios demonstrando claramente a ocorrência de eventual pagamento ou amortização dos custos não renováveis durante o ano do contrato cuja vigência está findando, visando à formação de custos do novo período /vigência, conforme disciplina estabelecida na cláusula décima terceira deste ajuste;

v) cumprir integralmente as exigências de sustentabilidade previstas no item 4.3 Anexo I do Edital - Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas à responsabilidade socioambiental, à política de inclusão social e à observância à legislação ambiental aplicável, podendo ensejar aplicação de sanções em caso de descumprimento.

14.4 Constituem obrigações documentais da CONTRATADA:

14.4.1 Apresentar ao Fiscal Administrativo do contrato, digitalmente, antes do início da execução dos serviços, no prazo de até 30 dias a contar do início da vigência do contrato, os seguintes documentos dos prestadores de serviço:

a) listagem de todos os funcionários do contrato contendo nome completo, nº da carteira de identidade, nº do CPF e número da CNH, sua validade e categoria;

b) cópia do Contrato de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregado de cada profissional que for atuar no MPRS;



c) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com posto de trabalho, válida e definitiva;

d) cópia dos certificados de cursos técnicos exigidos para assistentes de manutenção, motoristas de ônibus e supervisor.

14.4.2 Apresentar ao Fiscal Administrativo mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de férias (formato de planilha Excel) informando a situação de toda a mão de obra alocada no contrato, devendo constar, no mínimo:

a) programação de concessão de férias para o mês subsequente [antecedência mínima de 20 (vinte) dias];

b) nome de cada profissional;

c) data de admissão;

d) dias vencidos;

e) período aquisitivo (início e término);

f) data limite do período concessivo e previsão de concessão;

g) último gozo de férias (início e término).

14.4.3 Apresentar, em até 30 (trinta) dias a contar do início da vigência do contrato, cópia da apólice de seguro de vida em grupo dos colaboradores vinculados ao contrato.

14.4.3.1 A CONTRATADA também deverá apresentar a cada renovação contratual cópia da nova apólice vigente.



14.4.4 Apresentar ao Fiscal Administrativo, no primeiro mês da prestação dos serviços:

a) relação dos(as) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) carteira de trabalho e previdência social digital dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

c) contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);

d) exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) que prestarão os serviços;

e) cópia do programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

14.4.5 Apresentar ao Fiscal Administrativo do contrato, mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês:

a) Nota fiscal/fatura dos serviços efetivamente executados, englobando os montantes "A", "B" e "D" (correspondente a esses montantes) em meio eletrônico (arquivo PDF);

b) Nota fiscal/fatura de cobrança dos valores relativos ao montante "C" e "D" (correspondente a esse montante) em meio eletrônico (arquivo PDF);



c) Relação dos empregados, com os respectivos RGs e CPFs, discriminados por posto, atuantes no mês de referência da Nota Fiscal, bem como lista apartada indicando os empregados demitidos, transferidos ou em licença e seus substitutos, por posto, contendo as datas de início e fim do afastamento;

d) Demonstrativos (planilhas) dos pagamentos/descontos de vale-transporte e vale-refeição, relativos ao mês de referência da nota fiscal/fatura;

e) Relatório do FGTS Digital dos trabalhadores vinculados ao contrato no mês de prestação de serviço;

f) Relatório de declaração completa da DCTFWEB e o Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb relativos ao mês de prestação de serviço;

g) Certidão negativa de processo administrativo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

h) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

i) Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificação de Regularidade do FGTS);

j) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

l) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou



acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

m) Certidões de regularidade perante os sindicatos laborais que abranjam os postos contratados.

14.4.5.1 É condição para o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, o fornecimento dos originais ou cópias digitalizadas identificáveis dos documentos relacionados abaixo, conforme art. 5º do Decreto estadual nº 52.215/2014, os quais ficarão arquivados com o CONTRATANTE.

14.4.5.2 Apresentar, mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal /Fatura dos serviços executados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificação de Regularidade do FGTS);
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- e) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;



f) certidões de regularidade perante os sindicatos laborais que abranjam os postos contratados

14.4.6 Apresentar ao Fiscal Administrativo, mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

- a) Guia do FGTS digital com o respectivo comprovante de pagamento DARF;
- b) DARF, com o respectivo comprovante de pagamento, referente ao recibo de entrega da DCTFWEB;
- c) Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante;
- d) Cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
- e) Recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos (as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço; e
- f) Registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.

14.4.7 Apresentar a qualquer tempo, quando solicitado pelo CONTRATANTE:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante; e
- b) Comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.



14.4.8 Apresentar ao Fiscal Administrativo, quando ocorrer o evento, mensal ou anualmente, o que suceder primeiro:

- a) Avisos e recibos de férias;
- b) Recibos de 13º salário;
- c) Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;
- d) Sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e) Ficha de registro de empregado;
- f) Aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- g) Autorização para descontos salariais;
- h) Prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso;
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

14.4.9 Apresentar ao Fiscal Administrativo, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que trata o item 14.4.7 desta cláusula:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) empregados(as) prestadores(as) de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;



b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e

d) Exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as).

14.4.10 Apresentar ao Fiscal Administrativo, sempre que houver substituição ou admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 14.4.4 deverão ser apresentados.

14.4.11 Para fins de registro, guarda e arquivamento, a documentação referida também deverá ser apresentada pelo contratado em meio eletrônico, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, 1,5 MB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 12 (doze) meses.

16.2 O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

17.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor do mensal do posto inadimplente, por dia de atraso, em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o limite máximo de 10% do referido valor, correspondente a até 20 (vinte) dias de atraso, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

17.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;



17.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

17.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório, limitadas a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

17.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

17.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

17.8 O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento PGJ nº 104/2023-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.



18.1.1 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto nas referidas normas com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

18.1.2 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

18.1.3 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de segurança com dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de aplicação, pela autoridade nacional, de penalidades nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e Resolução ANPD nº 04 /2023.

18.1.3.1 A comunicação deverá ser enviada para o e-mail: encarregado@mprs.mp.br, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora da detecção, data e hora do incidente e sua duração;
- b) quais dados pessoais foram violados;
- c) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número estimado de titulares de dados pessoais afetados;
- d) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;



e) os riscos relacionados ao incidente;

f) descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar possíveis danos.

18.1.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo.

18.1.5 A CONTRATADA deverá observar as disposições do Programa RECOMEÇAR (cláusula 4.3, item VIII), assegurando o sigilo e a proteção dos dados sensíveis das trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, conforme previsto no Provimento n.º 02/2025-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO

19.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

19.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

19.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS VEDAÇÕES



É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

21.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

21.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

21.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por intermédio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por intermédio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

21.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

21.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições



impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

21.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

21.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

22.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada intermédio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

22.2 As providências e atribuições dos agentes designados para gestão e fiscalização seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ, bem como as regras previstas no 6.3 do Termo de Referência.

22.3 Além das atribuições constantes do Provimento n.º 05/2023-PGJ, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as



penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta do Órgão xx.xx, Recurso xxxx, Projeto xxxxx, NAD X.X.XX.XX, Rubrica XXXX.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.